

JOEL
FIGUEIRA JR.

ARBITRAGEM

3^a
edição revista,
atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Aurélio Corrêa
- Data de fechamento: 18.06.2019
- A partir da 3ª edição, a obra *Arbitragem, Jurisdição e Execução* teve o título alterado para *Arbitragem* e passou a ser publicada pela Editora Forense.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F485a
Figueira Jr., Joel Dias

Arbitragem / Joel Dias Figueira Jr. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-8702-2

1. Arbitragem e sentença. 2. Negociação. 3. Mediação. 4. Conciliação (Processo civil). I. Título.

19-57006

CDU: 347.918

SUMÁRIO

.....	
Capítulo I – Desenvolvimento histórico-jurídico da arbitragem no direito brasileiro e estrangeiro.....	1
1. Breves considerações históricas.....	1
2. A arbitragem no cenário internacional.....	11
3. Análise da arbitragem no direito estrangeiro.....	17
3.1. Alguns sistemas jurídicos originários da <i>civil law</i>	18
3.1.1. <i>Civil law</i> – breves considerações.....	18
3.1.2. Breves considerações sobre o instituto da arbitragem em países da América Latina.....	19
3.1.3. Países da Europa continental.....	21
3.2. Sistemas jurídicos originários da <i>common law</i>	24
3.2.1. <i>Common law</i> – breves considerações.....	24
3.2.1.1. Inglaterra.....	30
3.2.1.2. Estados Unidos da América.....	32
3.3. A arbitragem no Código Tipo para a Ibero-América.....	33
4. O insucesso do instituto da arbitragem no Código de Processo Civil de 1973.....	35
5. A arbitragem e o Código de Processo Civil de 2015.....	38
6. Anteprojetos e projetos de lei que antecederam a Lei 9.307/1996.....	42
7. A Lei de Arbitragem, seu regime jurídico e as principais modificações com o advento da Lei 13.129/2015.....	44
8. A eficácia da Lei 9.307/1996 e da Lei 13.129/2015 no tempo e no espaço....	46
9. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil em jurisdição arbitral?..	46
Capítulo II – Acesso à justiça e à jurisdição arbitral.....	51
1. A crise do processo e da jurisdição estatal.....	51
2. As tendências universais do processo civil contemporâneo e as formas alternativas de resolução de conflitos (<i>Alternative Dispute Resolution</i> – <i>ADR</i>).....	60

2.1.	Noções introdutivas: “ <i>Alternative Dispute Resolution – ADR</i> ”, o Projeto Florença e os equivalentes jurisdicionais	60
2.2.	Métodos diversos de heterocomposição	67
2.2.1.	Peritagem e avaliação vinculantes	67
2.2.2.	<i>Rent-a-judge</i>	67
2.2.3.	<i>Court-annexed arbitration</i>	68
2.2.4.	<i>Baseball arbitration</i>	68
2.2.5.	<i>Arbitration night baseball</i>	68
2.2.6.	<i>Arbitration bounded</i>	68
2.3.	Justiça coexistencial e métodos de autocomposição	69
2.3.1.	<i>Dispute Review Board (DRB)</i>	69
2.3.2.	<i>Mini-trial</i>	71
2.3.3.	<i>Authorized representative</i>	72
2.3.4.	<i>Early Neutral Evaluation – ENE</i>	72
2.3.5.	<i>Neutral Fact-finder</i>	73
2.3.6.	<i>Summary jury trial</i>	73
2.3.7.	<i>Confidential listener</i>	74
2.3.8.	<i>Joint fact-finder</i>	74
2.3.9.	<i>Focused group</i>	75
2.3.10.	<i>Court-annexed mediation</i>	75
2.3.11.	<i>Non-binding arbitration</i>	76
2.3.12.	<i>Arbitration incentive</i>	76
2.3.13.	<i>Ombudsman</i>	76
2.3.14.	Portais ou programas para recebimento de reclamações e apoio voltados à resolução de conflitos	77
2.4.	Métodos híbridos	78
2.4.1.	<i>Mediatio-arbitratio</i>	78
2.4.2.	<i>Arbitratio-mediatio</i>	79
2.5.	O Brasil e o movimento da prevenção e solução extrajudicial de litígios	80
3.	Arbitragem, arbitramento, peritagem, avaliação, negociação, transação, conciliação e mediação. Distinções e similitudes óticas	86
4.	Arbitragem e acesso à justiça	104
5.	Escopos e importância da arbitragem nos cenários nacional e internacional ..	109
6.	Algumas considerações sobre a arbitragem regulada na Lei 9.307/1996 e na Lei 9.099/1995	115
7.	Natureza jurídica da arbitragem	117

8.	O princípio da inafastabilidade da jurisdição estatal e o regime jurídico da arbitragem	125
9.	Da constitucionalidade dos arts. 6º, 7º, 41 e 42 da Lei 9.307/1996	129
10.	Jurisdição arbitral × jurisdição estatal: “vantagens” e “desvantagens”	134
11.	Princípios processuais aplicáveis à jurisdição privada	137
Capítulo III – Requisitos de admissibilidade do juízo arbitral		139
1.	Introdução	139
2.	Das pessoas que podem convencionar a arbitragem	140
3.	Objeto litigioso no juízo arbitral	148
3.1.	Arbitragem e conflitos de família	149
3.2.	Arbitragem, direito sucessório e partilha de bens	150
3.3.	Arbitragem e direitos metaindividuais	152
3.4.	Arbitragem e título executivo extrajudicial	154
3.5.	Arbitragem e recuperação judicial	154
3.6.	Arbitragem e questões incidentais	158
3.7.	Arbitragem e direitos da personalidade	159
3.8.	Arbitragem e conflitos trabalhistas	160
3.9.	Arbitragem e conflitos tributários	164
3.10.	Arbitragem, direitos autorais e fonográficos	167
4.	Da convenção de arbitragem: cláusula compromissória e compromisso arbitral	168
5.	Cláusula compromissória em contrato de adesão e de consumo	176
6.	Efeitos da cláusula compromissória e a demanda prevista no art. 7º da LA ...	186
7.	Efeitos do compromisso arbitral	192
8.	“Terceiros” em sede arbitral	197
Capítulo IV – Dos árbitros		211
1.	Quem pode ser árbitro	211
2.	Do número de árbitros	212
3.	Da escolha dos árbitros	213
4.	Requisitos para o desempenho da função e questões deontológicas	232
5.	Das exceções de caráter subjetivo – impedimento e suspeição	235
6.	Da recusa do árbitro	241
7.	Das escusas à nomeação	242
8.	Do falecimento e outros obstáculos ao exercício da função	243
9.	Da equiparação aos funcionários públicos para fins de responsabilidade ..	243

Capítulo V – Do processo e do procedimento arbitral.....	247
1. Da instauração do processo arbitral.....	247
2. Momento processual oportuno para arguição das exceções.....	250
3. O princípio <i>kompetenz-kompetenz</i> e conflitos de competência.....	251
4. Conexão e continência.....	264
5. Do procedimento arbitral, suas fases, das provas e da confidencialidade ...	271
5.1. Do procedimento arbitral e suas fases.....	271
5.2. Das provas.....	274
5.3. Confidencialidade, privacidade, sigilo e segredo.....	286
Capítulo VI – Das tutelas provisórias.....	293
1. Abordagem sinóptica das tutelas provisórias no CPC e na Lei 13.129/2015	293
2. Tutelas provisórias: noções fundamentais.....	294
3. Tutelas de urgência e sua função social	296
4. Tutela provisória antecedente e sua eficácia	297
5. Tutela provisória incidental.....	304
6. Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	311
Capítulo VII – Da carta arbitral	315
1. Da comunicação entre árbitro e o juiz estatal e o princípio da cooperação ...	315
2. Objeto da carta arbitral.....	316
3. Da competência e dos poderes do Estado-juiz para o cumprimento da carta arbitral	317
4. Da observância do sigilo no cumprimento da carta arbitral	319
5. Dos conteúdos de fundo e de forma da carta arbitral.....	319
6. Da recusa de cumprimento da carta arbitral	321
7. Do cumprimento e da devolução da carta arbitral.....	322
Capítulo VIII – Atos processuais e pronunciamentos arbitrais.....	323
1. Atos processuais arbitrais e sua classificação	323
2. Pronunciamentos dos árbitros.....	324
2.1. Sentença.....	324
2.1.1. Noções fundamentais introdutórias	324
2.1.2. Elementos constitutivos da sentença arbitral	325
2.1.3. Natureza jurídica e classificação das ações e das sentenças	331

2.1.4.	Sentença parcial, sentença global e julgamento antecipado do mérito	338
2.1.5.	Princípios da congruência, da publicidade e da definitividade da sentença	340
2.1.6.	Sentença parcial e única	342
2.1.7.	Liquidação de sentença arbitral	346
3.	Decisões não terminativas	350
4.	Despachos	350
5.	Coisa julgada arbitral: limites objetivos e subjetivos da sentença arbitral ...	351
6.	Sucessão e efeitos da sentença arbitral	356
7.	Questões prévias, preliminares e prejudiciais	357
8.	Da superveniência de fato independente	364
9.	Arbitragem de direito e de equidade	365
9.1.	Arbitragem de equidade	365
9.2.	Arbitragem de direito	376
9.2.1.	Arbitragem e precedentes judiciais	379
9.2.2.	Precedentes arbitrais	393
10.	Princípios gerais de direito, usos, costumes e regras internacionais de comércio	394
11.	Momento processual oportuno à prolação da sentença arbitral	396
12.	Do término do juízo arbitral	396
13.	Função da sentença arbitral	397
14.	Anulabilidade da sentença arbitral	398
Capítulo IX – Das despesas e da sucumbência		401
1.	Das despesas do processo arbitral e da sucumbência	401
2.	Litigância de má-fé e seus efeitos	405
Capítulo X – Recursos e meios de impugnação		407
1.	“Embargos de declaração”	407
2.	“Ação anulatória” e seus efeitos	410
2.1.	Subsidiariedade do controle estatal da sentença arbitral	410
2.2.	Do interesse e da legitimidade	412
2.3.	Ajuizamento e fundamentos da “ação anulatória”	413
2.4.	Ação anulatória fundada em violação da “ordem pública”	417
2.5.	Ação anulatória, litispendência, preclusão e coisa julgada	419
2.6.	Ação anulatória de sentenças parciais	423

2.7.	Efeitos da sentença proferida em “ação anulatória”.....	425
2.8.	Sentença <i>citra petita</i> e seus efeitos	425
2.9.	Multiplicidade de contratos e pluralidade de sujeitos: conexão e consolidação de arbitragens e ação anulatória	428
2.10.	Da renúncia à ação anulatória e aos meios de impugnação	436
3.	Da impugnação ao cumprimento de sentença parcial e final.....	438
4.	Outros meios de impugnação	442
Capítulo XI – Da execução da sentença arbitral.....		445
1.	Eficácia da sentença arbitral e a força preponderante de seu comando ...	445
2.	Jurisdição e competência para a execução da sentença arbitral	447
3.	Regime execucional da sentença arbitral.....	448
Capítulo XII – Do reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras		451
1.	Sentença arbitral estrangeira	451
2.	Da competência para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira ...	452
3.	Requisitos para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira.....	454
4.	Da homologação e eficácia da sentença arbitral estrangeira em território brasileiro	456
5.	Do processo e do procedimento para o reconhecimento da sentença arbitral estrangeira.....	457
6.	Denegação da homologação. Vícios de fundo e forma.....	458
7.	Da execução da sentença arbitral estrangeira	460
Bibliografia.....		463
Índice alfabético-remissivo.....		511
Anexo – Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.....		521